



DOM LOURENÇO AGUIAR: O NASCIMENTO DE UMA DIOCESE ROMANIZADA (1892-1905)

DOM LOURENÇO AGUIAR: THE BIRTH OF A ROMANIZED DIOCESE (1892-1905)

Elisângela Maciel*

Resumo: A relação entre Igreja Católica e Estado passou por novos processos a partir da segunda metade do século XIX, com a romanização se firmando como diretriz que condutora das ações do Papado e dos Bispos, conectando Brasil e Amazônia a Roma. Com a chegada da República no Brasil, a Igreja ficou apreensiva com o lugar que ocuparia e se conseguiria manter o que conquistara na fase anterior. Mas o que se viu nas décadas seguintes foi o Episcopado brasileiro sabendo aproveitar a liberdade e as garantias que a Constituição brasileira proporcionou para a Igreja, e, assim, rapidamente houve expansão das dioceses e prelados pelos estados. É nesse cenário que Manaus se tornou Diocese, nascida dentro do projeto romanizador e tendo como primeiro Bispo Dom Lourenço Aguiar.

Palavras-chave: Igreja Católica. Romanização. Diocese de Manaus. Dom Lourenço Aguiar.

Abstract: The relationship between the Catholic Church and the State went through new processes from the second half of the nineteenth century, with romanization establishing itself as a guiding guideline for the actions of the Papacy

* Doutora em História Social da Amazônia, com ênfase na História da Igreja na Amazônia. Professora e Coordenadora de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade Católica do Amazonas. Membro do CHEILA-Brasil, do Grupo de Pesquisa de Religião e Religiosidade na Pan-Amazônia (UFPA) e do GTHI. Contato: macielelis7@gmail.com

and the Bishops, connecting Brazil and the Amazon to Rome. With the arrival of the Republic in Brazil, the Church became apprehensive about the place it would occupy and whether it would be able to maintain what it had conquered in the previous phase. But what we saw in the following decades was the Brazilian Episcopate knowing how to take advantage of the freedom and guarantees that the Brazilian Constitution provided for the Church, and so there was rapid expansion of dioceses and prelates throughout the states. It was in this scenario that Manaus became a Diocese, born in the romanizing project and having as its first Bishop Dom Lourenço Aguiar.

Keywords: Catholic Church. Romanization. Diocese of Manaus. Dom Lourenço Aguiar.

Estratégias da romanização no Brasil

A República se instalou no Brasil em 1889, e a Igreja Católica encontrava-se temerosa, não desejava ver a separação com o Estado, receando ser excluída da nova fase brasileira. O Episcopado brasileiro temia a efetivação de “uma sociedade sem Deus” (Rosa, 2015, p. 73), especialmente a partir do Decreto 119-A que oficializava o caráter laico para o Brasil. Na Carta Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890, os doze Bispos acolheram a República pela garantia de liberdades, algo que tanto almejavam desde os tempos da monarquia, e, se posicionaram em defesa da Igreja diante da “impiedade moderna” e a “desorganização social produzida pelo ateísmo” (Pastoral Coletiva, 1890, p. 5-10). Segundo Maria Domezi, a Carta era abrangente e manifestava as incertezas dos bispos diante das mudanças, mas manifesta o otimismo e cautela por parte da Igreja (Domezi, 2015, p. 156).

Após o embate com o Império, a Igreja se dispõe a uma conciliação com o Estado, de forma prudente, como queria Dom Macedo Costa. Pouco tempo

depois, a 24 de fevereiro de 1891, a nova Constituição foi promulgada e oficializava a separação entre Igreja e Estado. Em seu artigo 72, além da liberdade culta, “determinava o reconhecimento oficial somente do casamento civil, o caráter secular dos cemitérios e sua administração pela autoridade municipal, a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos e o fim da subvenção oficial a Igreja ou cultos” (2015, p. 156). Inconformados os Bispos protestaram contra: o casamento civil e a proibição que o religioso ocorresse antes dele, o ensino laico e a proibição do ensino religioso nas escolas, e a administração civil dos cemitérios. Dom Macedo teve papel fundamental em convencer o “episcopado que era o momento certo de transformar a crise em oportunidade de reorganização e de reforma das estruturas eclesiais e da conduta do clero” (Rosa, 2015, p. 73). Na Pastoral Coletiva de 1900, os bispos também protestavam contra a perda do auxílio econômico (Domezi, 2015, p. 157).

Essa, também foi a posição adotada pela Santa Sé, olhando de outro ângulo para o temido decreto, pois nele se via o fruto da negociação, pois “diante da inevitabilidade da separação entre o poder religioso e o poder civil, evitou a imediata supressão das propriedades da Igreja e a possibilidade de perseguição do corpo eclesial” (Rosa, 2015, p. 77). O documento de 19 de março de 1890, transmitiu aos brasileiros a primeira palavra de ordem da Igreja, não admitindo a subordinação dela ao poder civil. E, a reunião ocorrida em agosto de 1890 previa o aumento de bispos e dioceses (Scherer, 2014, p. 37-38), deixando claro uma das principais estratégias a ser efetivada. A Pastoral Coletiva realizou um estudo sobre “a liberdade da Igreja e a liberdade anunciada no decreto, fez votos para que, depois de apossados dessa liberdade, ela se complete e se torne efetiva” (2014, p. 63). Recomenda aos fiéis que cumpram seus deveres cristãos com alegria e firmeza, obedecendo aos seus bispos.

A Pastoral Coletiva “é uma ação apologética porque é de combate a modernidade e contrária à autonomia do poder civil em relação ao religioso” (Brighenti, 2019). Propõe o modelo de evangelização pautado na postura de defesa da fé cristã “diante de uma sociedade supostamente anticlerical, de guardiã das verdades da fé, é antimodernista” (2019); não há salvação fora da Igreja, é a máxima professada. O desejo é trazer o mundo de volta para dentro da Igreja.

A Pastoral Coletiva envia os leigos como ‘soldados’, como ‘legião’ para trazer de volta as ovelhas desgarradas. O objetivo é recristianizar, ocupar todos os espaços, fortalecendo onde o Cristianismo já é realidade e atingir os cantos aonde chegara parcialmente, além de reforçar as ações nas áreas que foram alvo da modernidade (Maciel, 2023, p. 40). Segundo José del Castillo, a preocupação dos bispos vai além da questão da liberdade da Igreja, o ponto crucial é a “sua função num Estado secularizado, do qual não pode reclamar proteção e respaldo para continuar sendo religião oficial” (Castillo, 1997, p. 99), portanto, é a hegemonia social da Igreja que está em jogo, como sociedade sobrenatural perfeita.

Em 1900 foram promulgados os decretos do Concílio Plenário da América Latina, adotados pela Igreja no Brasil, e em toda a América Latina, como normas. O Concílio Plenário, convocado em 1898, iniciou-se a 28 de maio de 1899, com a presença de 13 arcebispos e 40 bispos, dos quais 11 eram do Brasil, e seus decretos vigoraram até a Pastoral Coletiva de 1915. Encerrou-se com as palavras do Papa Leão XIII: “aproximai-vos para receber o ósculo de paz. Sabei, para vosso consolo, que Roma inteira admirou a vossa união, a vossa ciência e a vossa piedade; e que consideramos o vosso Concílio como uma das joias mais preciosas da nossa coroa” (Ata Concílio Plenário apud Scherer, 2014, p. 41). Apesar das

limitações do Primeiro Concílio Plenário Latino-americano, foi provocativo no que tange a necessidade da real unidade dos bispos.

Na Carta Pastoral Coletiva de 1900, os bispos do Brasil faziam eco ao Concílio Plenário, ressaltando a relação tradicional da fé católica com a Pátria, insistindo na perda da identidade brasileira se o Catolicismo continuasse a ser afastado. Segundo Cristiano Matos, o documento “reivindica o reconhecimento oficial da Igreja Católica com um tratamento privilegiado” (Matos, 2003, p. 28), e deveria haver uma mútua colaboração entre os poderes civil e eclesiástico. Mesmo diante das incertezas trazidas pela República, os novos tempos foram aos poucos mostrando que a Igreja, longe dos domínios do Padroado, poderia desenvolver-se de forma livre pelo Brasil. E ela soube aproveitar bem, se utilizando de inúmeras estratégias, até a metade do século XX o crescimento da Igreja no Brasil se dará de forma extraordinária (Maciel, 2023, p. 40).

Somente após a queda do Império, se procedeu a criação de novas dioceses. A Bula de Leão XIII, *Ad Universas Orbis Ecclesias* de 1892, iniciava a reorganização da Igreja no Brasil, promulgando a criação de quatro novas dioceses, e uma nova Província Eclesiástica, com a redefinição dos limites das dioceses. A Província de Salvador ficou com sete bispados sufragâneos: Belém, São Luís, Fortaleza, Olinda, Goiás e duas novas, Manaus e Paraíba. A Província Eclesiástica do Rio de Janeiro ficou com sete dioceses: Rio Grande do Sul, São Paulo, Mariana, Diamantina, Cuiabá e duas novas, Curitiba e Niterói. A Bahia permaneceu com o título de Primaz.

A Igreja adentrava o novo século mais fortalecida. A união dos bispos latinos em torno do Papa, representou um novo caminho para a Igreja. E no Brasil as dioceses começaram a se multiplicar, mostrando que a Igreja compreendeu que a chegada da República, inicialmente ameaçadora, trazia a liberdade que ela

precisava para se enraizar definitivamente por todo território brasileiro. Ainda em 1895 foi criada a diocese do Espírito Santo, chegando, assim, antes da virada do século a 2 Arquidioceses e 15 dioceses. Livre agora do domínio do Padroado, a Igreja tratou de ocupar os espaços (Maciel, 2023, p. 41). Segundo Miceli, a criação das dioceses, também era fruto da estratégia de estadualização dos Bispos, que seguindo o modelo de estrutura do Estado, almejavam tornar todas as capitais diocelizadas (Miceli, 2009, p. 59-62).

De acordo com Israel Santos “onde as cidades se desenvolveram e foi possível firmar um acordo com as elites locais e, também, angariar fundos para a formação do patrimônio dessas novas dioceses” (Santos, 2016, p. 68), a implantação e o fortalecimento das dioceses aconteceram de forma gradativa e acelerada de 1910 a 1940. Até 1910 as dioceses chegaram a 30, entre 1910 e 1920 elas chegaram a 58, até 1930, eram 88 dioceses, e em 1940 chegou a 100 dioceses (Scherer, 2014, p. 61).

Nesse contexto, de implantação da República, nasceu a Diocese de Manaus em 1892, que percorreu um caminho de 60 anos antes de sua elevação à Arquidiocese. Neste artigo, damos ênfase ao primeiro Bispo da Diocese de Manaus, que compõe a primeira fase do Episcopado, Dom José Lourenço da Costa Aguiar, que junto com Dom Frederico Benício de Souza Costa, se insere no processo de transição de uma Igreja subordinada ao Estado para uma Igreja com autonomia e que passou por rápido crescimento de sua estrutura eclesial em terras brasileiras. Os dois Bispos foram apadrinhados por Dom Antônio de Macedo; portadores, portanto, do espírito romanizador, desejosos de ver a Amazônia conectada com as diretrizes da Santa Sé.

A primeira fase do Episcopado em Manaus, corresponde ao período em que a Igreja, recém-saída dos laços do Padroado, ainda buscava entender as

mudanças trazidas pela chegada da República e passava a lutar por seu espaço, ao mesmo tempo que ia se fortalecendo a partir do crescimento das Dioceses e do investimento em novos Prelados. Dom Lourenço e Dom Frederico, se inserem nesse contexto, e para o Episcopado brasileiro, ainda em construção, a Amazônia é um lugar distante e desconectado; tal visão não possibilitou o estreitamento de laços com nossa região. Mesmo assim, são Bispos que tem o eixo Roma, e a partir dela vão construindo as relações locais, sem muito apoio de seus pares¹.

O Episcopado brasileiro, e de modo particular o que se firmou na Diocese de Manaus, também se insere em um contexto transnacional na fase de romanização a partir de Pio IX. Vê-se a crescente centralização e internacionalização do comando da Igreja que vai se espalhando a partir de novos Concílios, dogma da Infallibilidade papal, atividades missionárias, escolas, peregrinação a santuários, congressos internacionais, novos movimentos religiosos (Casanova, 2010).

Utilizo ainda a concepção de estratégia de Michel de Certeau, que condicionam a estrutura de dominação (Certeau, 2008) buscando compreender essa teia de relações a partir da qual os Bispos se articulam entre si e com as elites locais as ações de controle do Episcopado e o enquadramento no modelo de sociedade cristã estabelecida por Roma. Dessa forma, a fabricação de Prelados e sua relação com seus patronos é parte essencial na composição dessa rede estabelecida entre eles e com o Papado, que mantém os olhos firmes nas ações

¹ A divisão em fases foi cunhada para minha tese (2023), para melhor dar visibilidade aos Bispos que governaram o Amazonas, com seu perfil e ações que marcam o seu enquadramento nestas fases aqui propostas. Dom Lourenço e Dom Frederico compõem a primeira fase (1892-1905). E, para tanto, optei por traçar dados biográficos, na perspectiva de Jacques Le Goff de tema globalizante (Le Goff, 2005).

eclesiásticas nos quatro cantos do mundo, e a Amazônia não estará livre desse olhar (Maciel, 2023, p. 48).

Manaus, uma diocese romanizada

Dom Antônio de Macedo Costa (1861-1890), enraizou o projeto romanizador na região. O contexto era de luta dos Bispos contra o Padroado e por fidelidade a Roma. Segundo Fernando Neves, “O episcopado da década de 1860 tornou-se mais hegemônico devido ao fortalecimento das posições ultramontanas na Cúria Romana aceitando para os seus postos das dioceses, apenas aqueles reconhecidos por sua adesão à centralização da Igreja” (Neves, 2015, p. 228-229). O episcopado retomou a formação do clero, procurando afastar tudo que não era inerente a seu sacerdócio, como o envolvimento com a política e com a maçonaria. Conseguiu recursos junto ao poder civil para enviar seminaristas para concluírem sua formação na Europa, justificando que a província deveria “cultivar a religião e a civilização” (2015, p. 226). Os novos padres foram moldados na romanização, “para combater o mal pela raiz, passou a enviar novos seminaristas promissores para uma formação mais adequada ao projeto de renovação clerical” (Maciel, 2014, p. 123), para o exercício da intelectualidade e do sacerdócio.

Dom Macedo esteve na Comarca Eclesiástica do Alto Amazonas por 6 vezes, e no Amazonas, especificamente, por quatro vezes. A primeira visita foi em junho de 1862². Segundo Fernando Neves, logo se apresentou o desafio de acompanhar o clero e do seu rebanho de forma mais profunda, implantando “o programa dos

² Visita realizada a 28 de junho de 1862 (Ramos, 1952, p. 42).

romanizadores que acreditavam poder sintonizar o clero com a hierarquia através da difusão de uma religião mística” (Neves, 2013, p. 144), onde se obedeceria piamente a hierarquia sem a intervenção dos santos.

Em 1864, visitou várias localidades no Amazonas e chegou a Manaus, onde ordenou o padre Augusto João Maria Culerre, reitor do Seminário São José³. Em 1869, passou em Itacoatiara e de lá seguiu para visitar Manaus e Silves⁴. Em 1878, permaneceu em Manaus de junho a outubro, partindo em seguida para o rio Purus, regressando a Belém em outubro (Lustosa, 1992, p. 375). Em 1881, esteve em Itacoatiara, influenciando na construção da nova igreja e distribuindo exemplares de suas obras para as escolas⁵.

Em 1883, Dom Macedo passou novamente por Manaus. Esta visita ficou marcada por seu discurso em conferência intitulada ‘A Amazônia, meio de desenvolver sua civilização’. O discurso analisou os problemas sociais, econômicos, questões morais e espirituais da região, denunciou o descaso com a população e os excessos a que estavam submetidos, sem instrução civil e religiosa. Após as solicitações para a criação do Bispado do Amazonas, de Dom Macedo, de padres e de deputados, o Papa Leão XIII “compreendendo as necessidades espirituais do Brasil criou, antes da virada do século, as primeiras novas dioceses” (Maciel, 2014, p. 169). Nascia a Diocese de Manaus, e os dois primeiros Bispos que a conduziram foram apadrinhados por Dom Macedo.

Durante todo o período imperial apenas mais três dioceses haviam sido criadas, perfazendo doze, contando com a Sé Primacial de Salvador. Após o

³ Passou por Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, Tocantins, São Paulo de Olivença, Tabatinga, permanecendo em Manaus por mais tempo (Lustosa, 1992, p. 111-112).

⁴ Chegou a Itacoatiara em 28 de agosto de 1869, onde celebrou e crismou (Ceretta, 2008, p. 419).

⁵ Chegou a Itacoatiara a 23 de março de 1881, os exemplares das obras deixadas foram: “A História Bíblica”, “Compendio de Civilização Cristã” e “Catecismo da Diocese” (Ceretta, 2008, p. 419).

choque inicial da separação Igreja e Estado no Brasil, “pouco a pouco a Igreja soube aproveitar-se das condições de liberdade oferecidas pelo governo republicano” (Azzi, 2001, p. 161). Iniciava-se um novo momento para a Igreja no Brasil. Com a separação entre Igreja e Estado, houve um rápido crescimento das dioceses e das atividades das novas associações católicas, dando suporte no grande processo de romanização. Livre do Padroado e com a chegada da tão temida República, “a Igreja respirou ares de liberdade, deixando claro que para ser católico era preciso ser romano” (Maciel, 2014, p. 175).

Esse novo sentimento de esperança foi logo fortalecido pela Bula Papal *Ad Universas Orbis Ecclesias* de 27 de abril de 1892, de Leão XIII, que nos apresentava quatro novas dioceses para o Brasil: Manaus, Paraíba, Niterói e Curitiba. A Bula fala do desejo de ver criadas no Brasil novas Sés Episcopais, para cuidar com mais eficiência do bem espiritual dos cristãos, e justifica o desmembramento, afirmando que na região as dioceses: “[...] são tão extensas e abrangem povoados tão distantes entre si, que os seus bispos, ou por causa do grande número de habitantes ou por causa das dificuldades e distâncias das estradas não conseguem responder às necessidades dos fiéis nem do governo da Igreja [...]” (Leão XIII, 1892). Nascia, assim, a Diocese de Manaus, nos moldes de um projeto novo e antigo, a romanização⁶.

A espera pela Diocese foi longa. Durante o período provincial o desejo foi aumentando, expresso pela elite e dirigentes da cidade, que se irmanavam à voz dos clérigos nas várias solicitações para a criação da Diocese. Além das quatro

⁶ A Diocese de Manaus se estendeu administrativamente de 1892 a 1952. Ao longo dos seus 60 anos, seis Bispos e um administrador apostólico conduziram-na: Dom José Lourenço da Costa Aguiar, Dom Frederico Benício de Souza Costa, Dom Santino Coutinho (administrador apostólico), Dom João Irineu Joffily, Dom Basílio Manuel Olímpio Pereira, Dom João da Mata Andrade e Amaral. Seu último Bispo, Dom Alberto Gaudêncio Ramos, tornou-se seu primeiro Arcebispo.

solicitações feitas por Dom Macedo, registramos as solicitações: em 1882, feita pelo Pe. José Henrique da Felix Cruz Dácia, com outros membros da assembleia⁷; em 1886, novamente pelo agora cônego Dácia⁸; e a 9 de junho de 1887, pelo deputado geral Antônio Passos de Miranda que apresentou projeto de lei de criação do Bispado do Amazonas. No Jornal do Amazonas aparece a solicitação do deputado, que afirma: “Estamos convencidos de que a assembleia geral legislativa e o governo não deixarão de tomar na devida consideração uma das mais palpitantes necessidades desta vasta região, convertendo o projeto em lei do Estado”⁹.

Ao justificar a criação do Bispado, o deputado Passos de Miranda leu o discurso de Dom Macedo de 1876, demonstrando admiração pelo Bispo por seu empenho à frente das duas províncias. No discurso lido pelo deputado, Dom Macedo, fala da sua preocupação com os trabalhos espirituais que sua vasta região necessita, e que desejava o desmembramento. Para ele, esse seria o caminho certo para a melhor administração do serviço eclesiástico, e a sede seria Manaus. Falou também da solicitação de Dom Macedo ao Papa Pio IX, que por sua vez fez solicitação ao Império brasileiro, mas que continuava esperando resposta do Imperador. Ao final, Passos de Miranda leu o projeto de lei¹⁰, que foi assinado

⁷ A solicitação foi feita a 5 de junho em sessão da Câmara dos Deputados. **Jornal do Amazonas, 10 de julho de 1882**. Acervo Cúria de Manaus.

⁸ Solicitação feita à Assembleia Provincial do Amazonas a 26 de abril de 1886 (Ramos, 1952, p. 55).

⁹ O jornal deixou claro sua posição favorável à criação do Bispado, dando destaque ao projeto apresentado pelo deputado, que justificou a partir do crescimento econômico da região e da vastidão territorial, com um povo necessitado de “instrução moral e religiosa”. **Jornal do Amazonas, 01 de julho de 1887**. Acervo Cúria de Manaus.

¹⁰ Projeto – A assembleia geral legislativa decreta:

Art. 1º É o governo autorizado a impetrar da Santa Sé as bulas de criação de um Bispado na província do Amazonas, tendo por sede a cidade de Manaus e por limites os da mesma província.

Art. 2º Esse bispado terá um cabido com tem o de Diamantina.

Art. 3º A cônica do bispo respectivo será igual a dos outros bispos do Império.

por 65 deputados. Em 1890, Monsenhor Raymundo Amâncio de Miranda convocou reunião para “tratar da criação de um Bispado no Amazonas, medida de alcance elevadíssimo e com realização da qual muito lucrará a família amazonense”¹¹. A primeira reunião ocorreu no Seminário São José, ficando o clero responsável pela carta para o Papa Leão XIII, contendo as justificativas.

Fazemos votos para que seja em breve seja uma realidade a criação do Bispado do Amazonas, de que dependerá em larga escala, a obra do engrandecimento moral da nossa sociedade, sem o que não há progresso possível nem ordem duradoura. Acolham-na com sinceridade e devotamento todos os homens de ação, todos aqueles capazes do bem, os que amam e querem a prosperidade do Amazonas, não se imiscuía a politicagem naquilo que só visa o interesse de todos – e a população católica do Amazonas terá dentro em breve, em seu seio, o seu pai em Cristo, que esperamos seja um digno sucessor do visionário do Christophoro¹².

A partir das duas reuniões ocorridas no mês de maio¹³, formou-se uma comissão geral e comissões parciais, que ficariam responsáveis pela criação do Bispado. Diante da percepção das demandas que competem a uma diocese e do que esta necessita para desenvolver seu trabalho, as comissões passaram a fazer todo o levantamento de despesas e manutenção. Ficou estabelecido, a

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 10 de junho de 1887 (Assinam os deputados).

Jornal do Amazonas, 01 de julho de 1887. Acervo Cúria de Manaus.

¹¹ A convocação foi feita pelo **Jornal do Amazonas, de 3 de maio de 1890.** Acervo Cúria de Manaus.

¹² Palavras do Monsenhor Raymundo Amâncio de Miranda. **Jornal do Amazonas de 29 de maio de 1890.** Arquivo Cúria de Manaus.

¹³ Na primeira reunião estiveram presentes: Dr. Anselmo Figueiredo Santiago, Dr. Júlio Mario da Serra Freire, o comendador Francisco Joaquim de Amorim, o major Manuel Ferreira dos Anjos, o tenente coronel Menandro Leandro Monteiro Tapajós, o juiz de direito Dr. José Cardoso da Cunha. Uma das questões definidas foi o convite para que outros membros da sociedade participassem das reuniões. **Jornal do Amazonas, 21 de maio de 1890.** A segunda reunião ocorreu na Matriz. Arquivo Cúria de Manaus. Arquivo Cúria de Manaus.

organização de uma comissão central, que dirigisse e nomeasse as comissões auxiliares, na capital e no interior, e como primeira ação solicitou-se a colocação de caixa de esmolas nos vapores, e posteriormente seriam organizadas quermesses com a mesma finalidade (Jornal do Amazonas, 1890).

Enquanto os debates se aprofundavam, na Comarca do Amazonas os trabalhos das comissões prosseguiram, certamente com uma regularidade, mas também pareciam enfrentar obstáculos. No ano de 1891, Dom Jerônimo Thomé da Silva¹⁴, realizou sua visita pastoral à Manaus. A visita ocorreu no mês de julho, fazia poucos meses que havia assumido a Diocese do Pará. A sua passagem por Manaus talvez signifique uma visita de apreciação das solicitações em andamento para o erguimento da nova diocese e suas reais condições; de outra forma não o teria ocorrido logo no início de sua administração. O Bispo pôde verificar pessoalmente os anseios e a necessidade espiritual dos fiéis manauaras¹⁵.

O *Diário de Manaus* noticiou em 27 de agosto de 1891 que era preciso apressar os preparativos, pois havia sido confirmado que em breve o novo Bispado seria aprovado. Assim registrou “não há tempo a perder. É preciso cuidar de preparar residência para o Prelado e dotar a Catedral das alfaias e melhoramentos indispensáveis para o serviço do culto, desde que aí deve ser erigido o sólio episcopal”¹⁶. O jornal também elogia o trabalho das comissões e do

¹⁴ Dom Jerônimo Thomé da Silva foi o sucessor de Dom Macedo Costa na diocese do Pará. Chegou à Belém em janeiro de 1891, permanecendo à sua frente até setembro de 1893, quando foi elevado a Arcebispo de Salvador, sucedendo mais uma vez Dom Macedo. Permaneceu como Arcebispo de Salvador até 1924, ano de seu falecimento (Ramos, 1952).

¹⁵ Dom Jerônimo permaneceu em Manaus de 15 a 20 de julho. Durante sua estadia foram crismados 3 mil fiéis e 500 receberam a comunhão. **Diário de Manaus, 29 de julho de 1891.** Arquivo Cúria de Manaus.

¹⁶ Também se fala da indenização para o Seminário São José tem direito, por ter cedido parte de seu terreno para o cemitério dos portadores de varíola ao Estado, sendo o valor fixado por Dom

padre Raymundo Amâncio, incansável à frente delas. Essa notícia parece confirmar a impressão citada acima, sobre a visita de Dom Jerônimo.

Encontramos o registro da reunião da comissão geral realizada a 29 de agosto de 1891, na qual foram reestruturadas as comissões parciais, com o objetivo de atingir a meta da organização do patrimônio do novo Bispado¹⁷, ficando de anunciar as comissões do interior. Nas comissões constam os nomes de membros de famílias ilustres, de dirigentes e futuros dirigentes da cidade¹⁸, que foram convidados por serem “vantajosamente conhecidos pela elevação dos seus sentimentos e prestígio do seu nome” (27/08/1891). Vê-se claramente um estreitamento de laços com a elite local.

Finalmente em 1892 chegou o grande momento, a elevação da Comarca Eclesiástica do Amazonas à condição de Diocese. Há aqui mais do que um ato religioso, é uma consonância de desejos e interesses que atingiam seu ápice ao ver ser concedido o status de Diocese a esta região. Ser Diocese era reconhecer Manaus como cidade em crescimento e modernizada, abrir novas possibilidades para elite e dirigentes na atuação e nas reivindicações, ponto essencial para aglutinar os elementos delineadores e identitários. Manaus era Diocese. A elite passou a sentir-se igualmente agraciada, pois não basta ser liderança e acumular

Jerônimo Thomé. E que este valor seria revertido para a compra de terreno para a construção da casa episcopal. **Diário de Manaus, 27 de agosto de 1891.**

¹⁷ Na capital as comissões ficaram assim definidas: São Vicente, São Sebastião, Campina, Mocó, Nazaré, Remédios, Espírito Santo, Rio Branco e Conceição. **Jornal do Amazonas de 6 de setembro de 1891.**

¹⁸ Destaco aqui alguns nomes representativos da elite que compuseram as comissões, para mostrar o entrelaçamento dos interesses e desejos para a criação da Diocese de Manaus: José Coelho de Miranda Leão (Campina), Manoel de Miranda Leão (Nazaré), Silvério José Nery, Francisco Ribeiro Bittencourt (Espírito Santo), Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (Rio Branco), Henrique Ferreira Pena de Azevedo, Bernardo da Silva Ramos (Conceição). Extraído do **Jornal do O Amazonas, de 6 de setembro de 1891.**

bens, o reconhecimento religioso concede um *status* diferente; fazer parte das atividades ou associações da Igreja lhes concedia um algo a mais, é sentir-se divinamente recompensado (Maciel, 2014, p. 178).

A urgência de controle eclesiástico e de assistência religiosa numa região tão vasta era consenso entre a Santa Sé e o Episcopado brasileiro (Marin, 2020, p. 298). A nova circunscrição eclesiástica, após o desmembramento, enfrentaria seus próprios desafios. A sua abrangência ia além dos limites do Amazonas. À Diocese estavam acopladas as áreas de Roraima, Rondônia e Acre. As visitas pastorais até então tinham percorrido pouco esta vasta extensão, apesar de inúmeros esforços dos bispos. A distância e o abandono de várias localidades, foram denunciados várias vezes pelas visitas pastorais. A região possuía muitas peculiaridades: vastidão territorial com seus desafios naturais; local de abrigo de muitas etnias não reconhecidas pelo poder central; entrecortada por rios com poucas estradas tradicionais abertas, tornando a comunicação mais difícil; receptora de imigrantes em busca da borracha; essencialmente de missão, característica que será reforçada ao longo do século XX (Maciel, 2023, p. 58).

A Diocese nasceu pouco tempo depois da separação oficial entre Igreja e Estado. Uma mistura de sentimentos circundava a Igreja, que caminhava para a autonomia, buscando posicionar-se estrategicamente em direção “a expansão de seus domínios territoriais e de sua ação sobre os fiéis católicos” (Maciel, 2014, p. 176), combatendo adversários, se firmando diante de novas crenças que passavam a se fixar pelo país. As transformações também são almejadas pelo projeto romanizante, pois “sem dúvida, os bispos queriam o desenvolvimento de uma civilização, mas que fosse essencialmente cristã, afastando os desvios e os vícios trazidos pela modernidade” (2014, p. 180).

Muitos desafios se apresentavam à nova Diocese. Manaus estava passando por um brusco crescimento, com o despontar da economia gomífera e as mudanças no cenário urbano que se inspiravam no modelo europeu. Exclusão e contrastes também se intensificaram, ao mesmo tempo que oligarquias acirravam suas rivalidades pelo controle do governo. “Ampliavam-se e alteravam-se as relações étnicas, pessoais, de trabalho e religiosa” (2014, p. 177). Pensar a Diocese de Manaus, é pensar no aspecto religioso como parte do emaranhado dessas relações, “e é tão relevante compreendê-lo quanto os demais elementos constitutivos da cidade naquele momento. O espaço geográfico, as pessoas em suas variadas funções e caracteres correspondem também ao espaço administrativo eclesiástico: a Diocese” (2014, p. 177).

A Diocese despontava em Manaus nos primeiros anos da República, que se apresentava como uma cidade em crescimento modernizante. De acordo com a análise de Deusa Costa, os contrastes começavam a se acentuar à medida que Manaus atendia aos padrões modernos, pondo “em cena a existência de uma outra cidade” (Costa, 2014, p. 111), e não a homogeneidade desejada. Processaram-se aterros, construção de pontes e alinhamentos de ruas, que “foram imprimindo novas feições à cidade mestiça que teimava em sobreviver nos arrabaldes nos hábitos populares, como banho de igarapé, o consumo de peixes, o uso da rede e a casa de palha” (2014, p. 112).

Manaus estava diante de inúmeras transformações, além das rivalidades políticas e das alterações aceleradas pelo crescimento espetacular da borracha, que também fazia circular imigrantes nas áreas dos seringais e na capital “onde sonhavam em continuar o processo de embelezamento e saneamento intensificado no final do século XIX e início do XX” (Bentes, 2014, p. 40). Os contrastes sociais se tornavam mais evidentes. Foi em meio a essa efervescência

que nasceu a Diocese. Manaus contava nessa ocasião com duas paróquias e com a nova capela, São Sebastião¹⁹.

Manaus vai se expandindo, pois, a economia gomífera possibilitou que muitos projetos modernizantes fossem colocados em prática. Mas o crescimento nem sempre se apresenta de forma ordenada, nem tudo se encaixa no embelezamento que se deseja. Os novos bairros não recebem a mesma estrutura do centro da cidade, “povoaram-se em função das constantes levadas de imigrantes que, ou não, tinham para se manter em cortiços e estâncias centrais” (Costa, 2014).

Antigos e novos valores se confrontavam. O Catolicismo não era mais a religião oficial, mas a religiosidade manauara parecia que não sofrera tantos abalos, mesmo em meio as modificações ao seu redor. Seus elementos identitários se inserem nas permanências, que apesar das rupturas, não sofrem tanto os desgastes do tempo. Por isso, é possível que mesmo em meios às alternativas do mundo moderno, seus habitantes são ou querem ser, também, religiosos. Nesse contexto, o Papa Leão XIII, criou a Diocese de Manaus, em 1892, mostrando preocupação com a extensão da Diocese de Belém e “com a necessidade de atingir todos os cantos da Amazônia, para que outras ideias e crenças não proliferassem em seu interior. Manaus parecia pronta para receber uma das quatro novas dioceses brasileiras” (Maciel, 2014, p. 176).

¹⁹ São Sebastião será a primeira paróquia criada na Diocese, em 1912, mas já bastante frequentada quando a Diocese foi finalmente implantada. Sua procura e seu crescimento foram muito em função da dificuldade de se chegar em Remédios, sendo beneficiada pela elite e pela localização (Maciel, 2014).

José Lourenço: o começo da Diocese

Os dois primeiros Bispos de Manaus, embora nomeados na fase republicana, e já estão inseridos na nova geração de Prelados, estão vinculados ao seu grande patrono que foi Dom Antônio de Macedo Costa; suas pautas estão, portanto, direcionadas para o combate ao Padroado, que começava, a partir das ações dos Bispos Reformadores, a entrar em fase de superação das amarras que limitavam a Igreja no Brasil. Na esteira de Dom Macedo, Dom Lourenço Aguiar e Dom Frederico Costa, tiveram formação inicial no Brasil com continuidade em Roma, desenvolvendo elevado grau de intelectualidade. Na administração dos dois Bispos, vê-se como prioridades: as visitas pastorais; a ênfase na família, tendo como centro a mulher, considerada o esteio da família e da sociedade cristã; a educação das novas gerações de cristãos; acolhida de Congregações Religiosas para auxiliar nas atividades da Diocese. Aqui daremos ênfase ao governo de Dom Lourenço.

O escolhido para ser o primeiro Bispo de Manaus era filho do Ceará, José Lourenço da Costa Aguiar²⁰ se tornou sacerdote aos 23 anos, em 1870. Celebrou sua primeira missa no dia da Imaculada Conceição. Como sacerdote se dedicou ao Magistério e ao Jornalismo, e se tornou cura da Sé de 1872 a 1876, em Fortaleza. Também exerceu o cargo de deputado em várias legislaturas. Por solicitação de Dom Macedo Costa foi transferido de Fortaleza, onde cursou seminário e iniciou o ofício sacerdotal, para Belém em 1876, passando a ser Vigário Geral da Província do Amazonas; nomeado em outubro do mesmo ano,

²⁰ Nasceu em Sobral, Ceará, a 9 de agosto de 1847; filho de Boaventura da Costa Aguiar e Joana Virgínia de Paula Aguiar. **1º Centenário de Nascimento de Dom José Lourenço da Costa Aguiar 1º Bispo do Amazonas**, 1947.

chegou a governar o Bispado Pará, por duas vezes, na ausência de Dom Macedo²¹, e foi cura da Sé de Belém em 1877. Intelectual, portador de uma formação impregnada pelo espírito romano, se tornou Doutor em Direito Civil e Canônico, pelo Colégio dos Nobres, em Roma, e agraciado com o título de monsenhor.

Ao concluir o doutorado, permaneceu em Roma, passando a ser camareiro de Leão XIII, Pontífice que lhe confiaria a honra de ser o primeiro Bispo do Amazonas. Sua nomeação o surpreendeu quando estava no Rio de Janeiro. Antes de chegar a Manaus, Dom Lourenço esteve em Roma, para amadurecer alguns projetos para o seu Bispado junto a Leão XIII. Como preocupação principal aparece, nas palavras do Bispo, “o problema da catequese e civilização do nosso índio” (O Imparcial, 04/05/1894). Foi feito contato prévio com missionários para que viessem atuar nesta parte da Amazônia. Dom Lourenço demonstrou esperança a partir da conversa com o Instituto dos Padres do Espírito Santo, prometendo empregar suas energias para o sucesso desse projeto.

A expectativa crescia à medida que se aproximava a chegada de Dom José Lourenço a Manaus. Jornais lembraram a trajetória do Amazonas, do grande passo que foi ser elevado a Província em 1850, ressaltando que nessa ocasião “já temos avançado [e] muito temos a criação de um Bispado” (Amazonas, 09/06/1894). O Amazonas cresceu e que se desenvolverá ainda mais “além de autônomo em sua vida política, o seu sentimento religioso encontrará incentivo forte na sua elevação episcopal” (09/06/1894).

O jornal *Estado do Grão-Pará*, prestando homenagem ao Bispo eleito, relembrou sua trajetória e suas contribuições para o Bispado do Pará, auxiliando

²¹ Foi nomeado a 9 de janeiro de 1877 e permaneceu como Vigário Geral do Amazonas até abril de 1877. **Estado do Grão-Pará**, Belém, 25 de maio de 1894.

Dom Macedo. O jornal reuniu inúmeras manifestações que exaltaram as virtudes do novo Prelado e a escolha acertada de S. Santidade, Leão XIII. Uma das manifestações afirma: “Ergue-te Manaus, louva ao Senhor por mereceres tão bom Pastor”²².

Os novos diocesanos ainda esperariam para ver seu Bispo chegar, “da criação à implantação passaram-se dois anos, e durante a espera do Bispo que assumiria a Diocese, os padres Francisco Benedito Coutinho e Casimiro Noberto Dupuy²³ foram encarregados da administração” (Maciel, 2014, p.181). Dom Lourenço só seria sagrado no ano seguinte da criação do Bispado e tomou posse somente no dia 18 de junho de 1894, finalmente efetivando a implantação da Diocese²⁴. Coube-lhe a responsabilidade de estruturar o Bispado, de iniciar a organização do seu patrimônio e criar unidade em torno do Bispo e da Igreja.

Todas as vezes que volto à questão da criação da Diocese e da tomada de posse de Dom Lourenço, imagino-o chegando lentamente através do caudaloso rio Negro; e, à medida que vai se aproximando do porto de Manaus, a expectativa e a euforia compartilhada por ele e pela população que o aguardava, crescem. Antes de atracar, ele visualiza os fiéis e a igreja, elevada diante do porto. O que será que passava em sua mente e em seu coração? Ele iria aprender a ser Bispo, ao mesmo tempo em que ensinaria o Amazonas a ser Diocese. Na primeira Carta Pastoral, apresentou sua proposta de governo, com suas principais preocupações e direcionamentos “para estruturar essa Diocese nos moldes desejados pela

²² A sagração do monsenhor Costa Aguiar foi na igreja do Sagrado Coração em Petrópolis. **Estado do Grão-Pará**, Belém, 25 de maio de 1894.

²³ Foram colocados à frente da Diocese por Dom Jeronymo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia, até a posse do novo Bispo. **Documento de 27 de novembro de 1893**.

²⁴ A sagração do monsenhor Costa Aguiar foi na igreja do Sagrado Coração em Petrópolis. **Estado do Grão-Pará**, Belém, 25 de maio de 1894.

Santa Sé” (Maciel, 2014, p. 182). Fazendo um balanço dos esforços empenhados para o “ideal supremo” (Aguiar, 1894, p. 6), feitos pelos Prelados antecessores e governantes civis, anuncia que, após longa espera, chegou o tempo do erguimento, pois “o Amazonas é Bispado!” (1894, p. 5). No documento, ele recupera as palavras de Leão XIII, que assim decretou:

Para a formação da nova Diocese do Amazonas, desmembramos para sempre, por autoridade Apostólica, o território do Estado deste nome, da Diocese de Belém, ao qual pertencia, e o damos perpetuamente à Igreja do Amazonas por Diocese. Fundamos perpetuamente a Sé e a Cadeira Episcopais de Manaós e elevamos á dignidade de Igreja Catedral a Igreja dedicada a Mãe de Deus Imaculada (1894, p. 8).

Foi criada uma comissão de recepção para o primeiro Bispo do Amazonas, com subcomissões e suas respectivas tarefas. Na praça da igreja dos Remédios foram colocados os foguetes para o momento da chegada, que deveriam ser seguidos pelo ressoar dos sinos. No mercado, onde atracou a embarcação, todos o esperavam com bandeiras. O cortejo seguiu pela estrada dos Barés até a praça dos Remédios, e Dom Lourenço entrou na igreja para fazer suas primeiras orações. Ao dar ciência de sua posse ao Bispo de Fortaleza, Dom Lourenço assim expressou: “com a maior satisfação, levamos ao conhecimento de V. Ecia Revma que n’esta data fizemos a nossa entrada solenne n’esta Episcopal cidade de Manaós”²⁵. Dom Lourenço recebeu os paramentos na igreja de Nossa Senhora dos Remédios e seguiu em procissão para a Catedral para a realização da solenidade litúrgica, composta pelo Clero Diocesano, secular e regular, irmandades religiosas, magistrados e oficiais do Estado e da cidade, as pessoas

²⁵ Documento enviado ao Bispo de Fortaleza Dom Joaquim Vieira, que era o visitador encarregado de efetivar o Bispado em Manaus. **Documento de posse, 18 de junho de 1894.**

mais notáveis da população, vários colégios de educação e escolas, e finalmente a massa compacta de fiéis, que desfilavam pelas ruas e praças devidamente ornadas com o máximo esplendor recomendado pelo cerimonial [...] (Ata de Inauguração, 18/06/1894).

Ao chegar às portas da catedral foi recebido por Francisco Benedito Fonseca Coutinho, administrador apostólico do Bispado. Após as bênçãos iniciais, adentrou o templo seguido pelo clero. Ao final do cerimonial declarou a tomada de posse e “mandou anunciar as indulgências de quarenta dias a todos os fiéis presentes em regalia de solenidade e na costumada forma da Igreja” (18/06/1894). Do altar concedeu sua primeira benção ao povo da Diocese.

Sua Carta inaugural apresenta o Bispo como mestre e “a Diocese uma escola cheia de discípulos ávidos de ensinamentos” (Aguiar, 1894, p. 14). A Carta apresenta as diretrizes para a condução da Diocese, demonstrando preocupação com as questões pertinentes à região e com as ordenações romanas. São três os pilares norteadores de sua administração, em harmonia com a Santa Sé: o colégio apostólico de sacerdotes; o fortalecimento do seminário; a família como base da religião e da fé católica.

O período de seu governo correspondeu a anos prósperos para a economia da região, que seria sentido ainda nos próximos anos. Talvez, por isso, e tendo o coração devoto dos fiéis, as doações se apresentaram de forma bem generosa. Dom Lourenço “tratou de organizar o patrimônio para a sustentação das atividades religiosas e pastorais bem como a formação do clero” (Ceretta, 2014, p. 495). Empreendeu várias visitas pastorais, tendo sempre o cuidado na escolha dos

responsáveis na sua ausência²⁶, buscando sempre sintonia com as diretrizes propostas. “As visitas pastorais, como revelam os documentos, eram prioridades, pois a assistência dada pela presença do Bispo nas diversas localidades se mostrava mais eficaz” (Maciel, 2014, p. 187). Outras vezes incumbia os padres para realizarem as desobrigas e cuidarem da arrecadação financeira para a Diocese. Visitas Pastorais contínuas foram realizadas como prioridade, “é que tudo estava por fazer e o novo Bispo precisava se desdobrar” (Suplemento de A Reação, 1946, p. 25).

A Diocese, nascida romanizada, não podia permitir “que os vícios ou problemas do tempo do Padroado reaparecessem impedindo o seu crescimento. A Diocese precisava estar sólida para se impor aos tempos da República” (Maciel, 2014, p. 187). O zelo pelos padres era algo pelo qual primava Dom Lourenço. Exigia deles a postura sacerdotal e empenho no cumprimento das demandas eclesiais. Em vários documentos, observamos a renovação das faculdades dos padres, “como também permissão para se ausentarem ou, como era mais comum, os padres acatando as ordens do Bispo” (2014, p. 188), como também verificamos suas indicações para representar o Bispo na capital ou no interior.

Em sua administração, foi confirmada a Irmandade do Santíssimo Sacramento, fundada em 1890 (2014, p. 246), implantou-se o Apostolado da Oração em junho a 12 de junho de 1900 (Ramos, 1952, p. 91), foi criada a instituição do Conselho Diocesano²⁷, os Padres da Congregação do Espírito Santo começaram a trabalhar nas imediações de Tefé e restituída a missão

²⁶ Em 1896, nomeou o Cônego Dácia e o padre Carloto Fernandes da Silva, para exercerem a função de vigário geral na ordem de nomeação (Aguiar, 1896).

²⁷ Foi instituído a 8 de dezembro de 1894 (Ramos, 1952, p. 91).

Franciscana²⁸. Também, destacam-se: a fundação da Confraria de Nossa Senhora do Carmo na Catedral²⁹; a fundação da Conferência Vicentina na igreja dos Remédios e do Conselho Particular de Manaus³⁰; as Filhas de Sant’Ana assumiram a direção do Hospital Beneficente Portuguesa³¹; e a inauguração de um altar na Casa de Detenção pelos Vicentinos³². Doze novas ordenações foram realizadas em sua administração, sendo dois dos novos padres destinados a Manaus³³. Novas Paróquias foram criadas, uma em Manacapuru, dedicada à Nossa Senhora de Nazaré, e outra no Juruá, tendo como padroeiro São Felipe³⁴.

Dom Lourenço escreveu uma carta pastoral, em 1896, por ocasião de sua ida a Roma. Assim afirma: “cumpre-nos agora ver Pedro, caminhar *ad limina Apostolorum*”, e pedir a benção para o esperançoso vale do Amazonas (Aguiar, 1896, p. 5). No ano de 1899, Dom Lourenço foi a Roma pela terceira vez, para participar do Concílio Plenário Latino-Americano, convocado por Leão XIII. O Bispo participou de todas as sessões, com atuação expressiva em todos os debates. O Concílio lhe rendeu maior visibilidade, voltando ao Brasil “Dom José Lourenço com o nome aureolado” (1º Centenário, 1947). Outro aspecto de destaque foram as produções realizadas por Dom Lourenço. No *Christu Muhençáua*, de 1898,

²⁸ Ambas no dia 17 de setembro de 1897 (1952, p. 92). As Congregações Religiosas que estavam chegando à região, ou retornando, estavam inseridas na Congregação Propaganda Fide (para Propagação da Fé), que foi fundada em 1622 pelo Papa Gregório XV, para coordenar, orientar e difundir a missão cristã no mundo. Somente em 1967 passou a chamar-se Congregação para a Evangelização dos Povos. **Fátima Missionária**. Edição 53, 1 de junho de 2017.

²⁹ A fundação se deu a 16 de julho de 1899 (1952, p. 93).

³⁰ Ambos no dia 24 de novembro de 1901 (1952, p. 93).

³¹ Ocorrido a 30 de novembro de 1904 (1952, p. 94).

³² Inauguração no dia 4 de dezembro de 1904 (1952, p. 94).

³³ Os padres, Raimundo Nonato da Rocha Pitta e Anselmo Domingos Rolim foram ordenados no dia 19 de setembro de 1896 (1952, p. 92).

³⁴ O curato de Juruá foi fundado a 7 de maio de 1896, e o de Manacapuru a 21 de dezembro do mesmo ano (1952, p. 92).

apresentou a doutrina cristã em nheengatu, como um duplo projeto, ensinar a língua e catequizar. Em seu opúsculo *Memoriale Confessourium*, de 1899, apresentou diretrizes para a vida eclesiástica, com 124 sentenças (Bittencourt, 1973, p. 304). Além de suas Cartas Pastorais, de 1894, 1898 e 1901³⁵.

Segundo Jérri Marin, ele se revelou um gestor fraco, preocupado com comodidades e deixando os templos e outros patrimônios da Diocese em mal estado de conservação, o que foi verificado pelo próprio Núncio Giulio Tonti, que visitou Belém e Manaus em 1904. Religiosamente a Diocese foi considerada abandonada, e constatado que o Bispo, apesar de respeitada suas qualidades, não era amado por seu povo. Havia indicação de que Dom Lourenço seria conduzido à renúncia, mas faleceu antes que esse processo fosse levado à diante (Marin, 2020, p. 301-303). Apesar das fragilidades apontadas em seu governo, Dom Lourenço foi, por anos, “o principal articulador na formação da Igreja no Amazonas, numa época de instabilidade política e ganância econômica. Começou como Vigário Geral e terminou como Bispo” (Ceretta, 2014, p. 497), cumprindo, mesmo que parcialmente, os planos de ampliação e a renovação do clero.

Dom Lourenço faleceu em 1905³⁶, em Lisboa, aos 57 anos, vítima de derrame cerebral. O *Jornal do Commercio* noticiou a celebração das exéquias, a 10 de junho de 1905, dizendo que “não pertence mais ao número dos vivos D. José Loureço Aguiar, primeiro bispo do Amazonas. Mas a memória do ilustre morto fica perpetuada no nosso meio social [...]”³⁷. O corpo do Bispo foi embalsamado,

³⁵ Infelizmente não tivemos acesso a esta última Carta Pastoral “*Extensão do Jubileu Sacerdotal*”. Sua informação consta no programa do centenário. **1º Centenário de Nascimento de Dom José Lourenço da Costa Aguiar 1º Bispo do Amazonas**. 1947.

³⁶ Desde 1904, quando se afastou por motivo de saúde, o monsenhor Hypólito ficou responsável pela Diocese.

³⁷ D. José Lourenço. **Jornal do Commercio**. 10 de junho de 1905.

ficando provisoriamente no jazigo dos bispos portugueses, até sua condução para Manaus. Durante as exéquias, viu-se na catedral grande número de fiéis, associações católicas, clero e autoridades civis, todos participaram da celebração e da benção do túmulo³⁸. Ao chegar em Manaus, Dom Lourenço foi sepultado na capela do cemitério São José, sendo trasladado no dia 5 de janeiro de 1906 para o jazigo especial na Catedral de Nossa Senhora da Conceição³⁹, onde havia pronunciado muitos sermões e pedido a Deus “mercês para o Amazonas, para o Brasil e para a Humanidade” (Bittencourt, 1973, p. 305). Durante o período de vacância, a Diocese de Manaus deixou de ser sufragânea da Bahia e passou a ser sufragânea da Arquidiocese do Pará, recém-criada⁴⁰. Os Capuchinhos Lombardos assumiram a igreja de São Sebastião⁴¹ e foi construída a capela de São João Batista no cemitério de Manaus⁴². A Diocese aguardava ansiosamente a chegada do novo Bispo.

Referências

1º Centenário de Nascimento de Dom José Lourenço da Costa Aguiar 1º Bispo do Amazonas. 1947.

Ad Universas Orbis Ecclesias. Bula do Santíssimo Senhor Nosso Papa Leão XIII, da nova sagrada hierarquia a ser criada no Brasil. Leão, Bispo Servo dos Sevos de Deus, para memória perpétua. 27 de abril de 1892.

³⁸ D. José Lourenço. **Jornal do Commercio.** 11 de junho de 1905.

³⁹ O jornal anunciava uma semana antes o traslado, pois, a cerimônia seria revestida de solenidade fúnebre. D. José Lourenço. **Jornal do Commercio.** 29 de dezembro de 1905.

⁴⁰ A elevação ocorreu a 1º de maio de 1906 (Ramos, 1952, p. 95).

⁴¹ Ocorreu a 15 de agosto de 1906 (1952, p. 95).

⁴² Ocorreu a 30 de outubro de 1906 (1952, p. 95).

AGUIAR, Dom José Lourenço da Costa. **Carta Pastoral de Inauguração da Diocese do Amazonas e Programa de Governo do primeiro Bispo**. 11 de março de 1894.

AGUIAR, Dom José Lourenço da Costa. **Documento de 25 de janeiro de 1896**.

AGUIAR, Dom José Lourenço da Costa. **Carta Pastoral de despedida para a 1ª Visita “ad limina Apostolorum”**. 20 de setembro de 1896.

Amazonas, 9 de junho de 1894.

Ata de Inauguração do Bispado do Amazonas e da Instalação Exmo. Revmo. Dom José Lourenço da Costa Aguiar, Primeiro Bispo. 18 de junho de 1894.

AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador**: a Igreja Católica na Bahia – 1551-2001. Petrópolis: Vozes, 2001. Vol. 2: período imperial e republicano.

BENTES, Dorinethe dos Santos. **Manaus**: outras faces da história (1910-1940). Reggo, 2014.

BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**. 1973.

BRIGHENTI, Agenor. **A Pastoral Coletiva**: modelo de ação. Boletim Ameríndia, n. 30, 4 de maio de 2019.

CASANOVA, José. **A Globalização do Catolicismo e o Retorno a uma Igreja Universal**. REVER, Revista de Estudos da Religião. Dezembro, 2010.

CASTILLO, José Manuel del. O Movimento da Reforma e a “paroquialização” do espaço eclesial do século XIX ao XX. In: TORRES-LONDOÑO, Fernando (org.). **Paróquia e Comunidade no Brasil**: perspectiva Histórica. 1997.

CERETTA, Celestino. **História da Igreja na Amazônia Central**. Manaus: Valer, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 2008.

COSTA, Francisca Deusa Sena. **Quando viver ameaça a ordem urbana:** trabalhadores de Manaus (1890-1915). 2014.

Diário de Manaus, 27 de agosto de 1891.

Diário de Manaus, 29 de julho de 1891.

Documento de 27 de novembro de 1893.

Documento de posse, 18 de junho de 1894.

DOMEZI, Maria Cecília. **Religiões na História do Brasil.** São Paulo: Paulinas, 2015.

Estado do Grão-Pará, Belém, 25 de maio de 1894.

Fátima Missionária. Edição 53, 1 de junho de 2017.

Jornal do Amazonas de 6 de setembro de 1891.

Jornal do Amazonas, 01 de julho de 1887.

Jornal do Amazonas, 10 de julho de 1882. Acervo Cúria de Manaus.

Jornal do Amazonas, 21 de maio de 1890.

Jornal do Amazonas, 29 de maio de 1890. Arquivo Cúria de Manaus.

Jornal do Amazonas, de 3 de maio de 1890.

LUSTOSA. Dom Antônio de Almeida. **Dom Macedo Costa:** bispo do Pará. 1992.

MACIEL, Elisângela (2023). **Entre o Tibre e o Amazonas:** a romanização serpenteia a Igreja de Manaus (1916-1958). Tese (doutorado) UFPA.

MACIEL, Elisângela. **"Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal":** a Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892-1926). Manaus: Valer, 2014.

MARIN, Jérri Roberto. **A Criação de Novas Circunscrições Eclesiásticas na Amazônia entre 1817 e 1913**. 2020.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 Anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. 2009.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Romualdo, José e Antônio: bispos na Amazônia do oitocentos**. Belém: Editora UFPA. 2015.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. D. Antônio de Macedo Costa: “um arauto do processo civilizatório”. In: SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; RICCI, Magda Maria de Oliveira (Orgs.). **Os Oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura**. 2013.

O Imparcial, 4 de maio de 1894.

Pastoral Coletiva, 1890, p. 5-10.

Programa de Recepção ao Primeiro Bispo do Amazonas. Junho de 1894.

RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica da Amazônia**. 1952.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Conquista Espiritual da Amazônia**. 1942.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Santa Sé e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

SANTOS, Israel Silva dos. **Igreja Católica na Bahia: por um Catolicismo Romano (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SCHERER, Dom Irineu Roque. **Concílio Plenário na Igreja do Brasil: história da Igreja no Brasil de 1900 a 1945**. 2014.